



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ENSINO REGULAR: INCLUSÃO E
DESENVOLVIMENTO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA**

URLÉCIA MARIA DE MAGALHÃES LEITE SOUZA

BELO HORIZONTE

2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ENSINO REGULAR: INCLUSÃO E
DESENVOLVIMENTO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA**

Trabalho de conclusão de Curso apresentado como requisito necessário para conclusão do curso de Especialização (latu Sensu) em Gestão Escolar sob orientação da Professora Aline Gabriele Pereira do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE

2015

FOLHA DE APROVAÇÃO

Urlécia Maria de Magalhães Leite Souza

EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ENSINO REGULAR: INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em 21 de março de 2015, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof. Nome completo do Professor – Avaliador

Profª.Mª. Aline Gabriele Pereira – Orientadora

Profª. Urlécia Maria de Magalhães Leite Souza - Cursista

DEDICATÓRIA

Tudo que se possa fazer para tornar melhor a vida de uma criança, ainda é pouco, se for uma criança especial, é menos ainda. É a estas que dedico com muito amor este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu esposo Rinaldo, às minhas filhas Júlia, Flávia, Alissa (e Cíntia), pelo amor compartilhado, por tornarem minha vida mais completa e trazerem à tona a convicção de que precisamos nos tornar cada dia melhores enquanto pessoas. Ao meu pai, que é mistura de amor e saudade, e à minha mãe pela alegria de sua companhia. Agradeço a Deus que me dá força para continuar a vida.

RESUMO

A pesquisa a seguir foi realizada com base na análise do Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Limoeiro, no qual foi detectada a necessidade de aprofundamento em estudos sobre a inclusão dos alunos com necessidades especiais, que passavam quase despercebidos pelos profissionais da escola. Com base no estudo das leis que tratam do tema, foi possível identificar a evolução das mesmas no que se refere ao suporte dos alunos deficientes, mas também identificar o fato de que a legislação apenas não é capaz de mobilizar e organizar o espaço escolar, e que ela resulta muitas vezes na simples inserção do aluno deficiente na escola, sem que algum trabalho seja feito para que ele desenvolva suas capacidades. Com base no estudo de obras que tratam sobre inclusão e educação especial, foi possível perceber que apenas a inserção do aluno deficiente no ambiente escolar do ensino regular não promove, por si só, a inclusão, e que em função de suas necessidades especiais, esses alunos necessitam de um atendimento educacional diferenciado, para que sua inclusão no ensino regular não comprometa seu desenvolvimento físico e cognitivo, com o objetivo principal da promoção de sua autonomia.

Palavras-chave: Educação especial; Educação inclusiva; Projeto Político-Pedagógico.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2 – A CRIANÇA DEFICIENTE NO ÂMBITO SOCIAL E ESCOLAR	8
3. CONCLUSÃO.....	14
REFERÊNCIAS.....	15
ANEXO: Projeto Político Pedagógico.....	16

1. INTRODUÇÃO

A realização do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Limoeiro, localizada no município de Timóteo-MG, possibilitou o despertar dos olhares para diversos pontos importantes da boa qualidade da educação e um deles é o desafio de se trabalhar com a educação especial numa escola regular.

Após análise do PPP, pôde-se perceber que a educação dos alunos com deficiência é quase imperceptível pelos profissionais da escola. Foi possível perceber também, que o assunto é praticamente desconsiderado pela equipe, entretanto ele é de muita relevância. É necessário, portanto, que se adote uma postura reflexiva, e conforme afirma Ainscow (2009):

as escolas precisam ser reformadas e a pedagogia deve ser melhorada, de maneira que possam responder positivamente à diversidade dos alunos, isto é, abordando as diferenças individuais não como problemas a serem consertados, mas como oportunidades para enriquecer o aprendizado (AINSCOW, 2009, p. 14).

Portanto, a garantia do direito a uma educação para todos, sem uma reflexão filosófica, tornam-se meramente leis sem sentido e conseqüentemente, descumpridas.

É sabido que a garantia do direito à educação está prevista em várias legislações, entre elas a Constituição Federal de 1988, Declaração de Salamanca, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, Decreto 7.611 de novembro de 2011, dentre outras que serão abordadas no decorrer deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Entretanto, somente o conhecimento da legislação não é o suficiente para fazer valer a garantia de direitos. Faz-se necessária a realização de estudos e pesquisas em outras fontes, tornando possível para o pesquisador descobrir o inusitado ou se aprofundar em determinado assunto já existente. É ainda importante descobrir a relevância de determinada questão e, sobretudo propor a mudança de postura dos profissionais que atuam na educação, fornecendo-lhes dados teóricos que os conduzirão a uma prática mais segura ao saberem melhor como lidar com a criança com deficiência.

Neste sentido, a presente pesquisa tem como principal objetivo fornecer subsídios teóricos que contribuam para a mobilização da comunidade escolar acerca do tema educação especial e inclusiva, bem como para a elaboração posterior de

um projeto piloto que direcione o atendimento às crianças com deficiência ou altas habilidades na Escola Municipal Limoeiro.

Sendo assim, a metodologia adotada será a revisão bibliográfica de obras relacionadas ao tema e, conforme já dito, também serão estudadas e analisadas as legislações internacionais e nacionais que tratam do assunto.

2 – A CRIANÇA DEFICIENTE NO ÂMBITO SOCIAL E ESCOLAR

É fato que as várias deficiências físicas e mentais, existem desde o início dos tempos provocando nas pessoas um inegável questionamento: por quê? Tal questionamento chega a provocar certa indignação ou inquietude que vai além, fazendo com que muitas vezes sua resposta seja buscada em explicações sobrenaturais. Segundo a Bíblia, em João 9, 1-3:

¹Caminhando viu Jesus um cego de nascença. ²Os seus discípulos indagaram dele: “Mestre, quem pecou, este homem ou seus pais, para que nascesse cego?” ³Jesus respondeu: “Nem este homem nem seus pais, mas é necessário que nele se manifeste as obras de Deus.”

Nesta passagem bíblica, Jesus fez um “lodo”, passou nos olhos do homem, mandou-o que lavasse e ele voltou a enxergar. Nos dias atuais, quem serão esses profetas que fazem cegos enxergarem, fazem surdos voltarem a ouvir, mudos voltarem a falar e paráliticos andarem? Nesta mesma passagem, é possível perceber nas entrelinhas do questionamento que foi feito a Jesus, que aos olhos da sociedade e do senso comum, as pessoas com deficiência eram vistas como alguém que pecou, sendo a deficiência sua punição. Olhava-se o deficiente como alguém merecedor de sua condição e indigno de participar da convivência social como as demais pessoas. Esta inquietação que vai além do por que, em direção do que fazer e como lidar, é sem dúvida o principal motivo que impulsiona tal pesquisa. É ainda inaceitável assistir pacificamente a exclusão dos sujeitos portadores de deficiência, acomodado nos desígnios Divinos e nada se fazer.

Em busca de soluções e melhoria da qualidade de atendimento às pessoas com deficiência, sobretudo crianças em idade escolar, será apresentado a seguir, uma evolução histórica dessa trajetória dos acontecimentos, conforme algumas legislações. Percebe-se que ao longo dos anos as Leis foram evoluindo e conseqüentemente aguçando as mudanças na prática educativa.

A primeira diretriz política deste século surge em 1948 com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que afirma em seu artigo 26 que “Todo ser humano tem direito à instrução”. No Brasil, a educação aparece sob a ótica de direito previsto em Lei para todos, incluindo implicitamente as pessoas com deficiência, que sejam no que for possível enquadrada no sistema geral de educação, através da Lei de Diretrizes e Bases – LDB nº 4024 de 20 de dezembro de 1961, sancionada pelo Presidente João Goulart. Segundo ela:

Art. 1º A educação nacional, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por fim:

- a) a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos demais grupos que compõem a comunidade;
- b) o respeito à dignidade e às liberdades fundamentais do homem;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional;
- d) o desenvolvimento integral da personalidade humana e a sua participação na obra do bem comum;
- e) o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio;
- f) a preservação e expansão do patrimônio cultural;
- g) a condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como quaisquer preconceitos de classe ou de raça.

Art. 2º A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola (BRASIL, 1961).

Em 1988, a Constituição Federal, garante no seu Art. 208 “O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: [...] III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988).

Em 1989 a Lei Federal nº 7.852 vai além e prevê a oferta da educação especial de forma obrigatória e gratuita em estabelecimentos públicos de ensino, e ainda constitui crime sob a punição de reclusão e multa para dirigentes de ensino público ou particular que recusarem, sem justa causa, a matrícula de algum aluno deficiente. Posteriormente, em 1990, é aprovado no Brasil o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que reforça os direitos garantidos em Leis anteriores e obriga o atendimento educacional especializado para pessoas com deficiência “preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1990, Art. 54). Em junho de 1994, esse direito é também reforçado na Declaração de Salamanca, na qual dirigentes de mais de oitenta países, dentre eles o Brasil, se comprometem com a garantia de direito educacional para todas as crianças, independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais ou linguísticas. Proclama que as

escolas regulares devem ser inclusivas e meios eficazes de combate à discriminação.

A Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 é aprovada reforçando também o direito à educação das pessoas com deficiência, devendo esta se dar preferencialmente na rede regular de ensino. Mais recentemente, o Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011 estabelece como dever do Estado e garante o direito à educação de pessoas com deficiência, em conformidade com diversas diretrizes, dentre elas:

[...] I - garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades; [...] III - não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência; IV - garantia de ensino fundamental gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais; V - oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação; VI - adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena; VII - oferta de educação especial preferencialmente na rede regular de ensino. [...] Art. 2º A educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. [...] § 2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas. (BRASIL, 2011, art. 1-2).

Diante do exposto percebe-se a evolução da legislação no sentido de garantir o direito à educação das pessoas com deficiência e propor como dever do Estado atender a essa demanda. Cabe, portanto indagar: quem são de fato essas pessoas com deficiência, em sua maioria crianças, que se encontram nos estabelecimentos de ensino? Será que esses direitos tão bem estabelecidos por Lei estão de fato sendo atendidos? O que é de fato interesse dessas crianças? O que de fato essas crianças necessitam aprender para se desenvolverem como pessoas e, sobretudo como cidadãos plenos?

Torna-se necessário, portanto se empenhar numa reflexão para saber como estas crianças com deficiência estão sendo tratadas ou educadas dentro das instituições escolares, quando as frequentam. Igualmente é também importante pesquisar como as instituições escolares estão preparadas ou se preparando para atender essas crianças.

Problematizando a realidade como as escolas vêm realizando o atendimento a esse público, Bezerra e Araújo (2011. p. 285) debatem que a chamada “Pedagogia

da Inclusão”, que vem sendo posta em prática nas escolas brasileiras, pouco tem contribuído para a aprendizagem dos alunos com deficiência. Os autores diferenciam a Pedagogia Inclusiva da Especial e afirmam que a segunda, mais voltada para o atendimento individualizado, deveria ser praticada na busca por efetivar o direito e o sucesso desses alunos, na vida e na sociedade, tornando-se necessário que a escola possua profissionais especializados e frisando que:

O professor do ensino especial detinha maior conhecimento técnico para lidar com as dificuldades intelectuais de seus alunos e para promover neles a emergência de novas funções psicológicas superiores, mesmo que nem sempre tivesse uma consciência plena a respeito de seu know-how. Além disso, a Pedagogia Especial visava a instrumentalizar o aluno a ter cuidado consigo mesmo, bem como noções sobre vida autônoma, incluindo desde informações básicas sobre higiene, cuidados com o próprio corpo, até questões referentes a situações específicas: como frequentar estabelecimentos comerciais ou espaços sociais, bem como ter estratégias para se defender de abusos e exploração na rua, em casa e em outras situações cotidianas. (BEZERRA, ARAÚJO, 2011, p. 286)

Ainda parafraseando Bezerra e Araújo (2011. P. 286), esses alunos precisam de estímulos que desenvolvam neles as habilidades reconhecidas e que sejam incentivadas através da “realização de oficinas de artesanato, dança, culinária e outras.” Para tal, seria necessário que a escola tivesse a liberdade de elaborar seu próprio currículo de acordo com as necessidades educacionais de seus alunos, o que é impedido pelas legislações federais e estaduais, que através de resoluções previamente elaboram “modelos” de quadros curriculares a serem cumpridos pelas escolas públicas e os cobram através das avaliações externas. Tais imposições curriculares dificultam o desenvolvimento de um trabalho que de fato inclua os alunos com necessidades especiais em escolas regulares.

Por outro lado, sabe-se que essas crianças são na maioria advindas de classes economicamente carentes que frequentam a escola pública. Seus interesses nem de longe estão sendo atendidos ou servindo para inseri-los na sociedade, uma vez que as escolas continuam se limitando a atividades pedagógicas do ensinar a ler e a escrever.

Sabe-se que atualmente, algumas instituições escolares já possuem sala específica para atendimentos especializados das crianças com deficiência, que são as chamadas Salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE), porém cabe ainda indagar se este espaço escolar está sendo utilizado de forma satisfatória.

As circunstâncias do aprendizado de alunos com deficiência intelectual tornam-se ainda mais complexas quando constatamos que nem todos

esses alunos frequentam o AEE e, se o fazem, também não temos aí a garantia de um trabalho muito sistemático de intervenção psicopedagógica. Na realidade, esta é até negada, pois, em geral, esbarra-se numa prática de orientação subjetiva, reflexo direto da própria formação lacunar do professor especializado, bem como das recomendações divulgadas em manuais do Ministério da Educação (MEC) (BEZERRA, ARAÚJO, 2011. p. 285).

Esta situação é um retrato da maioria das escolas públicas e na Escola Municipal Limoeiro não é diferente. A escola não possui espaço físico para o AEE, não possui profissionais com formação adequada ao atendimento a esses alunos, que ficam integrados numa mesma sala de aula de ensino regular, longe de ser uma inclusão conforme determinam as Leis. O que esses alunos com deficiência intelectual recebem, são discretos atendimentos mais individualizados realizados pelos próprios professores ou por estagiários quando há algum na escola. Conseqüentemente, esses alunos ficam fadados ao insucesso e sujeitos à reprovação. Abordando o pensamento de Vigotski, Bezerra e Araújo (2011. p. 283) argumentam que:

A inclusão acontece apenas no plano aparente do discurso, já que, na sala de aula, os alunos com deficiência intelectual não têm do professor um acompanhamento psicopedagógico que lhes permita alcançar um desenvolvimento cognitivo efetivo com a apropriação das funções psicológicas superiores e a ampliação da Zona de Desenvolvimento Proximal.

Baseada na perspectiva educativa funcional de Lou Brown, Costa (2009) defende que os alunos com deficiência intelectual acentuada, devem frequentar escolas regulares, juntamente com irmãos ou vizinhos, de maneira a criar um ambiente familiar e menos institucionalizado. Afirma ainda que devem conviver com pessoas sem deficiência, usufruindo dos espaços comuns e participando de atividades normais de lazer ou recreação; que na vida adulta possam tomar decisões sobre sua vida e trabalhar onde sejam remunerados pelo seu trabalho. E reforça que as escolas regulares são fundamentais para estreitar os vínculos das pessoas com e sem deficiência, desde que os educadores desenvolvam intervenções adequadas e sistemáticas conforme os estilos e ritmos de aprendizagem de cada um.

A Declaração de Salamanca, que trata da escola inclusiva, afirma em seu capítulo I, no item 7, a necessidade de que as escolas se adaptem e atendam à diversidade de seus alunos, seus ritmos de aprendizagem e necessidades individuais, para garantir uma educação de qualidade para todos através dos chamados “currículos adequados”. (COSTA, 2009, p.108).

Entendendo-se como “currículos adequados” aqueles ajustáveis às dificuldades dos alunos, numa perspectiva de funcionalidade, ou seja, um currículo com perspectiva educativa funcional que pretenda:

- proporcionar aos alunos o desenvolvimento de competências essenciais à participação numa variedade de ambientes;
- preparar os alunos para responderem aos desafios de uma vida tão autônoma e integrada quanto possível, no presente e no futuro;
- capacitar os alunos nas áreas do desenvolvimento pessoal e social e na adaptação ao meio laboral (COSTA. 2009. p. 109).

Convictos também das diferenças existentes mesmo entre os alunos deficientes, os programas educativos numa perspectiva funcional, precisam ser “individualizados”, isto é, o planejamento curricular deve estar em sintonia com as condições de vida e de aprendizado do aluno em questão. Precisam ainda ser adequados à idade cronológica, para possibilitar que os alunos com deficiência “sejam reconhecidos como pares, acolhidos, respeitados em suas diferenças e apoiados pelos colegas ou outros membros da comunidade escolar”. (COSTA, 2009, p. 110). Dessa forma, os alunos estarão desenvolvendo sua autonomia e se preparando para futura inserção na sociedade de forma mais independente. É essencial também que a escola tenha autonomia e flexibilidade no seu funcionamento:

Embora cada aluno com deficiência intelectual acentuada deva ter uma classe regular de referência, e nela participe das atividades com as devidas adequações, a aprendizagem de muitas das competências que são essenciais para a sua vida terá de ser realizada em espaços externos à sala de aula – em casa, na comunidade, em lugares do tipo laboral. (COSTA, 2009, p.116).

Este espaço privilegiado, também pode estar presente dentro da própria escola através da sala de AEE, na qual os alunos com deficiência poderão dispor de materiais simples, porém essenciais para despertar diversas aprendizagens nos alunos, tais como materiais de pintura em tecido, pintura em tela, linhas e tecidos para tricô crochê e bordados; artigos para confecção de artesanatos diversos. E ainda, despertar nesses alunos o cuidado com si mesmo, com sua proteção e capacidade de se defender frente às adversidades. Porém, tão importante quanto os materiais é a presença e participação de professores, familiares e voluntários que possam ensinar aos alunos muito além do ler e escrever.

Pensando na qualidade de vida e de educação destes alunos, foi proposto à equipe pedagógica e todos os profissionais da Escola Municipal Limoeiro, a adequação de uma sala antes utilizada apenas para reforço escolar, que será

transformada em sala de AEE. Além disso, a escola ainda abrirá suas portas para a comunidade do bairro e para pais que queiram oferecer parte do seu tempo para se dedicarem a atividades laborais com esses alunos. Foi ainda proposta a realização de uma escala com dias e horários estabelecidos para cada um dos pais e/ou voluntários trabalharem oficinas de artesanatos diversos, dança, culinária e cuidados com o corpo e mente, tanto dentro da sala de AEE como nos espaços livres da escola. Dessa forma, nos momentos em que o professor regente trabalhar atividades de alfabetização e matemática os alunos com necessidades especiais estarão nas suas classes regulares, e em outros momentos frequentarão as oficinas.

Cabe ainda ressaltar, que a mobilização a respeito do tema, ocorrida na escola antes e durante a realização do presente Trabalho de Conclusão de Curso, chegou ao conhecimento da Secretaria Municipal de Educação, que baseada na legislação vigente, mas, sobretudo no Art. 2º do decreto nº 7.611 de 11 de novembro de 2011, já citado, disponibilizará professores de apoio para o atendimento educacional especializado, conforme a necessidade da Escola Municipal Limoeiro e demais escolas da rede municipal. Estes professores serão capacitados pela própria secretaria municipal de educação, com o intuito de transformar positivamente a realidade da educação dos alunos com necessidades especiais da escola.

3. CONCLUSÃO

Após leitura e análise de várias legislações formuladas ao longo do tempo, foi possível perceber a evolução das leis quanto à inclusão e ao acolhimento das pessoas com deficiência física ou intelectual nas escolas regulares. Foi possível perceber, que as Leis por si só, não mudam atitudes ou comportamentos das pessoas e instituições em relação aos que têm necessidades especiais. Portanto, a pesquisa e o conhecimento de outras obras inerentes ao assunto, tratam com bastante clareza a importante questão da inclusão. Tratam a inclusão, não como forma de acréscimo ou depósito de pessoas em salas específicas, mas como seres merecedores de atenção e tratamentos especiais conforme suas necessidades. Foi também importante perceber que o ensino da leitura e da escrita é importante, entretanto o trabalho nas escolas não se deve limitar apenas a ele, mas também no ensino e aprendizagem de tarefas que são importantes para aumentar a autonomia no cotidiano desses alunos e sua convivência na sociedade.

Enfim, foi gratificante realizar este estudo e poder contribuir para a melhoria do atendimento a essas pessoas, sobretudo as crianças da Escola Municipal Limoeiro, que após a elaboração deste TCC, terão sua realidade modificada e com certeza jamais será a mesma.

REFERÊNCIAS

AINSCOW, Mel. Tornar a educação inclusiva: como essa tarefa deve ser conceituada? *In*: FAVERO, O. et al. (Org). **Tornar a Educação Inclusiva**. 1. ed. Brasília; Rio de Janeiro: UNESCO; ANPEd, 2009. v. 1. P. 11-23. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001846/184683por.pdf>>. Acesso em 07/01/2015.

BEZERRA, G. F. ; ARAUJO, D. A. C. . De volta à teoria da curvatura da vara: a deficiência intelectual na escola inclusiva. **Educação em Revista**, v. 27, p. 277-302, 2011. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/edur/v27n2/a13v27n2.pdf>>. Acesso em 20/12/2014.

BÍBLIA. **Bíblia sagrada**. Ave Maria. Edição Claretiana, 2010.

BRASIL. Lei nº 4024 de 20 de dezembro de 1961. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, revogada pela Lei nº 9.394, de 1996, exceto os artigos 6º a 9º.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. **Lei nº 7852**, de 24 de outubro de 1989. Brasília, 1989.

_____. Lei. nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1990.

_____. Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**.

_____. **Decreto nº 7.611** de 17 de novembro de 2011. Brasília, 2011.

COSTA, A. M. B. da. Currículo funcional no contexto da educação inclusiva. *In*: FAVERO, O. et al. (Org.). **Tornar a Educação Inclusiva**. 1. ed. Brasília; Rio de Janeiro: UNESCO; ANPEd, 2009. v. 1. P. 11-23. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001846/184683por.pdf>>. Acesso em 07/01/2015.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, **Conferência Mundial sobre necessidades educacionais especiais**: acesso e qualidade – Brasília: CORDE, 1994.

ANEXO: Projeto Político Pedagógico



escola de gestores
da educação básica

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
LIMOEIRO**

**DÊIVIA MESQUITA RIBEIRO PINTO
URLÉCIA MARIA DE MAGALHÃES LEITE SOUZA**

**BELO HORIZONTE - MG
2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
LIMOEIRO**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Maria Cristina Marinho Serra Negra do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE - MG
2014**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	03
1.FINALIDADES DA ESCOLA	06
2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	07
2.1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA.....	07
2.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA.....	12
3.CURRÍCULO	14
4.TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....	18
5.PROCESSOS DE DECISÃO.....	19
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	20
7.AVALIAÇÃO.....	21
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24
REFERÊNCIAS.....	25
ANEXOS.....	27

INTRODUÇÃO

O Projeto Político pedagógico deve ser construído coletivamente e sempre será um eixo norteador para as ações políticas e pedagógicas da escola democrática. A garantia da participação de toda a comunidade escolar e principalmente dos pais, faz com que a escola consiga imprimir a sua identidade, também por isso, o projeto deve ser inconcluso, porque está em constante construção. Como afirma Gadotti (2000, p.68),

O projeto político-pedagógico da escola é tarefa dela mesma, processo nunca concluído que se constrói e se orienta com intencionalidade explícita, porque é prática educativa. Construí-lo significa ver e assumir a educação como processo de inserção no mundo da vida, de formação de convicções, afetos, motivações, significações, valores e desejos, onde os processos de ensino-aprendizagem são concebidos como processos encadeados de aquisição de competências lingüística, cognoscitiva e de ação integrativa.

É possível afirmar com muita clareza, que o Projeto Político Pedagógico (PPP) de uma escola, não é um simples documento confeccionado coletivamente, mas sim um instrumento vivo que representa a identidade de cada instituição escolar. Neste sentido, pode-se dizer que é também uma ferramenta imprescindível para o andamento e desenvolvimento de uma escola ativa e participativa.

Os poucos registros encontrados da Escola Limoeiro dão conta de que ela foi fundada em 1º de março de 1950, em uma casa de madeira, localizada no Limoeiro Velho, uma região rural do distrito de Timóteo naquela época, pertencente ao município de Cel. Fabriciano/MG. Era uma só turma de 90 alunos, dividida em dois grupos, sendo 45 em um horário e o restante em outro, que só estudavam até ao nível do 2º ano primário, equivalente ao 3º ano do ciclo de alfabetização atual.

Pelo lado oficial, há registro na Prefeitura Municipal de Cel. Fabriciano, que confirma a criação da Escola Primária, com duas classes, no lugar denominado “Limoeiro”, distrito de Timóteo, nos exatos termos do art. 1º, da Lei nº 67, sancionada pelo então prefeito, Rubem Siqueira Maia, em 22 de junho de 1950. Consta ainda dos registros que essa lei regulamentou a Escola Rural “Horto Limoeiro”, que funcionou um bom período de tempo sem autorização e validação de seus atos escolares, apesar dos grandes esforços envidados pelos responsáveis da mantenedora, Florestal Acesita. O Regimento da Escola Rural Limoeiro só foi

registrado na 14ª DRE, através do protocolo nº 13.509, em 02/12/1976, em conformidade com a legislação vigente à época. Uma declaração assinada pelo senhor prefeito, Geraldo dos Reis Ribeiro, em 23/04/1979, confirma que a Escola Rural “Horto Limoeiro”, realmente foi criada pela Prefeitura Municipal de Cel. Fabriciano, em 22/06/1950, através da lei 67/1950. Foi mantida por tal município, atendendo a demanda escolar rural até 1964, quando passou para o controle particular, tendo como mantenedora a Cia. Florestal Acesita.

Atualmente a Escola Municipal Limoeiro, está localizada à Av. Pinheiro, nº 121 - Limoeiro - Timóteo – MG. Atende alunos do próprio bairro e de bairros vizinhos como Recanto Verde, Santa Terezinha, Alegre, e alunos que moram no povoado chamado de Ocupação do Limoeiro.

A escola oferece Ensino de Educação Infantil (crianças de 04 e 05 anos), e Ensino Fundamental Completo: 1º ao 9º ano de escolaridade: alunos de 06 a 15 anos. A clientela da escola provém, a maioria, de famílias das classes populares e há uma minoria que vive em condições precaríssimas, em situações de risco social que tem sido um desafio para todos os educadores da escola.

A escola possui um espaço físico adequado ao número de alunos necessitando de alguns reparos e ainda melhoria dos equipamentos para melhor atender às necessidades dos alunos. Quanto aos recursos humanos, atualmente a escola possui 86 funcionários, mas percebe-se que falta um professor eventual e pelo menos mais um especialista para suprir a demanda dos dois turnos de funcionamento.

Uma Gestão democrática é realmente vivenciada em uma escola quando a mesma permite que haja participação direta de toda a comunidade escolar, principalmente dos alunos, pais e associações vizinhas que acreditam e lutam por uma educação de qualidade. Dessa forma coletiva, existe a contribuição para a construção de uma escola melhor, que atenda realmente os interesses de toda a comunidade escolar. Esta participação também é muito importante na construção e elaboração do Projeto Político Pedagógico, sendo possível assim, imprimir os anseios, as opiniões e ideias dos pais, alunos, professores e todos os funcionários.

Os profissionais da Escola Municipal Limoeiro, participaram da reelaboração do Projeto Político Pedagógico, em todas as etapas planejadas: a primeira foi o encontro da equipe administrativa pedagógica, que se reuniu para discutir as primeiras ideias e o ensaio do projeto. A segunda etapa aconteceu num sábado

escolar na qual foi realizada uma apresentação da importância do Projeto Político Pedagógico (PPP) na escola. Nesta fase todos os funcionários, pais e a comunidade da escola participaram efetivamente e responderam algumas questões relativas ao funcionamento administrativo e pedagógico da escola. Na terceira etapa os pedagogos se organizaram para consolidar os dados colhidos nas etapas anteriores. Na quarta etapa, a equipe administrativa e pedagógica se reuniu para estruturar e transcrever o projeto. E a última etapa ainda está para acontecer, onde será organizada uma assembleia geral, com a participação dos funcionários, pais e colegiado para divulgar o novo PPP da escola.

Na reconstrução do PPP foram contemplados os aspectos técnicos pedagógicos, filosóficos, a missão da escola, conceito de educação e os objetivos educacionais da escola. Foi um momento único e surpreendente, onde todos os funcionários participaram com prazer, dando sugestões e demonstrando grande interesse em participar da elaboração do projeto.

Como é recente a implantação do novo PPP, acredita-se que toda a comunidade escolar, inclusive os educadores terão mais empenho e comprometimento com a missão de educar, uma vez que todos colaboraram para reelaboração do mesmo. Fica bem clara a nova identidade e a proposta educacional da escola, que visa uma educação mais humana, igualitária, democrática e transformadora.

1.FINALIDADES DA ESCOLA

De acordo com Piaget (1973 p.17), "o conhecimento humano é essencialmente coletivo, e a vida social constitui um dos fatores essenciais da formação e do crescimento dos conhecimentos [...]." A Escola Municipal Limoeiro defende uma educação integral que forme o educando em seus aspectos físico, intelectual, psicológico e moral. De acordo com essas proposições, cabe ressaltar que

O homem haverá de conquistar seu futuro com ajuda de sua imaginação criadora; orientar no amanhã uma conduta baseada no futuro e partir desse futuro é função básica. O da imaginação e, portanto, o princípio educativo do trabalho pedagógico consistirá em dirigir a conduta do escolar na linha de prepará-lo para o porvir, já que o desenvolvimento e o exercício de sua imaginação são uma das principais forças no processo de alcance desse fim. (Vygotsky citado por Drago, 2009,p.53)

A partir da Lei de Diretrizes e Base (LDB 9.394/96), ficou explícito que o educador deve-se atualizar constantemente. A escola deve ser autônoma e capaz de construir sua própria Proposta Pedagógica, e ainda ser capaz de proporcionar aos seus educadores uma Formação Continuada. Neste contexto, a Escola Municipal Limoeiro, prioriza os Encontros Pedagógicos, enquanto momentos de estudos para os educadores terem a possibilidade de confrontar sua prática com a teoria. Estes momentos são ainda ricos em oportunidade de reflexão de uma prática pedagógica do passado, em busca de novas ações no presente, para uma efetiva transformação do futuro.

Por ser o Projeto Político Pedagógico um processo em permanente atualização, os ideais e o fazer pedagógico da escola se encontram em constante discussão a fim de atender com maior eficácia os anseios da comunidade a qual se propõe a servir. Este Projeto possibilitará ainda o aguçar da criatividade, da curiosidade e da capacidade de suportar e conviver com o incerto, com o imprevisível, e com a diversidade.

Ressalta-se ainda como finalidade da Escola Municipal Limoeiro, o ideal de torná-la um ambiente educativo que possibilite a formação do aluno na sua totalidade, e cujo planejamento venha favorecer a construção do conhecimento em seus aspectos afetivo, cognitivo e social, considerando a criança e o professor como atores de igual importância dentro do processo ensino-aprendizagem.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Para o bom funcionamento da escola, é fundamental que os setores administrativos e pedagógicos funcionem concomitantemente e sendo assim, se completam para melhor atender a clientela escolar. Atualmente o corpo docente é preparado, dedicado e comprometido com a educação. O maior entrave vivenciado na escola é infelizmente a rotatividade de profissionais, uma vez que não há concurso público no município de Timóteo desde 2007. Isso tem causado uma insegurança, principalmente para os educadores, que sempre devem passar por processos seletivos e nunca tem a garantia de poder continuar na escola. O ponto mais crítico, é que muitas vezes o profissional não consegue criar um vínculo com a escola.

2.1.Estrutura Organizacional Administrativa

A organização administrativa da escola é a responsável por toda a parte burocrática e ainda pela vida funcional dos servidores e vida escolar dos alunos.

Compõe o setor administrativo, 01 Diretor geral, 02 vice-diretores, 01 secretária, 07 auxiliares de serviços gerais, e 04 pedagogos.

Abaixo, é possível descrever algumas das atribuições dos servidores, de acordo com o regimento da escola, elaborado em 2013

Art.17. Compete ao Diretor:

I – planejar junto com a equipe administrativa e pedagógica todo o trabalho da escola;

II – organizar, coordenar, e avaliar os trabalhos educacionais desenvolvidos no estabelecimento de ensino;

III – organizar o ambiente escolar;

IV – ser articulador político pedagógico, cultural, social e administrativo da escola.

V - desenvolver atividades em consonância com as orientações emanadas da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia;

VI – zelar pelo cumprimento do calendário escolar e regime disciplinar docente e discente;

VII – zelar pelo cumprimento da carga horária diária das aulas, mesmo na ausência de professores;

VII - delegar suas atribuições a outro, devidamente habilitado e qualificado, observando a legislação pertinente, com total responsabilidade pela delegação;

VIII – cumprir e fazer cumprir as determinações da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia;

IX – investir no planejamento curricular com ênfase no conhecimento dos alunos e eficácia das aulas do professor, em prol dos bons resultados educacionais:

X - determinar ações para mediar conflitos na escola:

XI – estimular o envolvimento dos pais na vida escolar dos filhos, e recebê-los na escola em clima de cordialidade e respeito:

XII – disponibilizar o Regimento Escolar a toda a comunidade escolar.

[...]

Art. 18-Compete aos vice-diretores:

I- auxiliar na administração da escola sob a orientação do diretor;

II – assessorar o diretor no planejamento, execução e avaliação de todas as atividades administrativas e pedagógicas da escola;

III- colaborar na orientação, acompanhamento do trabalho dos docentes e dos serviços administrativos da escola;

IV - participar das reuniões com os docentes e pais ou responsáveis de alunos;

V – verificar as necessidades de ordem física e administrativa para a elaboração de propostas orçamentárias da unidade de ensino;

VI – supervisionar o preparo e a distribuição de merenda escolar;

VII - substituir o diretor em suas ausências e impedimentos legais eventuais;

VIII- desempenhar outras tarefas que lhes sejam propostas pela direção da escola;

IX- coordenar, segundo instruções do diretor, a execução dos serviços de cantina, zeladoria e a conservação das instalações e utensílios;

X - elaborar o plano de ação de suas atividades, divulgando-o amplamente;

XI– usar trajes adequados ao ambiente;

XII – comportar-se com cordialidade e respeito no trato com o diretor, pedagogos, alunos, pais e demais servidores;

XIII – coordenar o funcionamento geral do turno;

XIV – manter-se informado de todas as atividades desenvolvidas e de todos os assuntos relativos ao ensino de forma geral;

XV – participar do Conselho de Classe;

XVI – zelar pela manutenção da disciplina na escola;

XVII - executar tarefas correlatas.

XVIII- manter sigilo sobre informações confidenciais por ética profissional.

Parágrafo Único – Na ausência de professores, o vice-diretor ou professor de apoio deverá assumir a turma, ministrando atividades pedagógicas.

[...]

Art. 19 - Compete ao secretário escolar:

I – organizar e executar o controle dos serviços de escrituração do corpo discente, docente e pessoal técnico e administrativo;

II - organizar e manter atualizados, fichário e livros referentes à vida escolar dos alunos;

III –arquivar o registro descritivo do desempenho do aluno, bem como os diários de classe e fichas de acompanhamento de turma;

IV- responsabilizar-se pela matrícula dos alunos, conferindo os documentos;

V - redigir atas, ofícios, avisos e outros documentos;

VI - preencher documentos pertinentes à escrituração escolar;

VII – receber, registrar, classificar, arquivar e expedir correspondências tomando as providências necessárias.

VIII – redigir e expedir correspondência oficial do estabelecimento, submetendo-a a apreciação e assinatura do diretor;

IX - manter atualizados os serviços e arquivos da secretaria;

X– manter atualizada a coletânea de leis, regulamentos, instruções, circulares e despachos que dizem respeito às atividades do estabelecimento de ensino;

XX – conhecer e quando necessário, participar da elaboração da proposta

[...]

Art. 20- Compete ao pedagogo.

I - Coordenar o planejamento e implementação do Projeto Político Pedagógico da escola, tendo em vista suas diretrizes:

a – organizar com os profissionais da escola, a elaboração do Projeto Político Pedagógico, explicitando seus componentes de acordo com a realidade escolar;

b - coordenar a elaboração do currículo pleno da escola, envolvendo a comunidade escolar;

c - assessorar os professores na escolha e utilização dos procedimentos e recursos didáticos mais adequados para conseguir alcançar os objetivos curriculares propostos;

d - participar da elaboração do Calendário Escolar e do Regimento Escolar;

e- articular os docentes para o desenvolvimento do trabalho técnico-pedagógico da escola, definindo suas atividades específicas;

II – Gerenciar ações de formação continuada dos docentes da escola:

a -participar da avaliação do trabalho pedagógico dos professores, identificando as necessidades individuais de formação continuada;

b- efetuar o levantamento da necessidade de formação continuada dos docentes na escola;

c - manter intercâmbio com instituições educacionais e/ou pessoas visando sua participação nas atividades de formação continuada da escola;

d - participar da elaboração e implementação de cursos de capacitação para professores;

e- avaliar os resultados obtidos com as atividades de formação continuada dos docentes, na melhoria dos processos de ensino e de aprendizagem;

f – planejar e coordenar os encontros pedagógicos.

III - Realizar a orientação dos alunos, articulando o envolvimento da família no processo educativo.

a- identificar junto aos professores, as dificuldades dos alunos no processo educativo;

b - orientar os professores sobre as estratégias mediante as quais as dificuldades identificadas possam ser trabalhadas;

c- buscar alternativas pedagógicas necessárias ao pleno desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, junto ao corpo docente, realizando análise contínua da prática pedagógica e adotando medidas necessárias para seu aperfeiçoamento;

d - interagir com a equipe da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia, encaminhando às instituições especializadas os alunos com dificuldades que requeiram um tratamento terapêutico; (TIMÓTEO, 2013, p.)

Os sete auxiliares de serviço cuidam da limpeza e da merenda escolar, 4 trabalham no turno matutino e três trabalham no vespertino. Elas recebem orientações sobre a merenda em cursos de capacitação, acompanhamento da nutricionista e em reuniões mensais com a vice-direção da escola.

O Conselho de Classe é realizado normalmente uma vez por bimestre, com a participação de todos os educadores de cada turma, com o pedagogo e um representante da direção da escola. Nesta reunião são discutidos os aspectos positivos e negativos da turma, os aspectos relevantes, os alunos que se destacam nos aspectos cognitivos, qualitativos e quantitativos. É discutido também sobre os problemas da turma e as possíveis soluções para cada um deles, e são apresentadas propostas para melhorar o processo ensino-aprendizagem de cada turma. O Conselho de Classe tem o poder de avaliação e decisão sobre a vida escolar de cada aluno.

O Colegiado é composto por um presidente, que é o diretor da escola, um tesoureiro e seu suplente, um secretário e seu suplente, dois representantes de professores, dois de auxiliares da secretaria, dois de auxiliares de serviços gerais e dois de alunos. As reuniões ocorrem na escola sempre que necessário. A Direção procura convocar mensalmente para informar aos membros sobre as principais ações realizadas como eventos pedagógicos ou passeios, a fim de mostrar para o Colegiado que a sua presença na escola é fundamental não só na tomada de decisões financeiras, mas também nos aspectos pedagógicos da escola. A maioria dos pais do Colegiado é participante da Associação do Bairro ou participa de Conselhos das Igrejas locais, este é um ponto muito positivo, pois assim a parceria da escola com estas entidades fica mais fortalecida.

O Conselho Escolar também é composto por representantes de cada segmento da Comunidade Escolar, como dois professores, dois auxiliares de serviços gerais, dois pais de alunos; além da direção da escola, que assume cargos de Presidente, o diretor, e de tesoureira, uma das vice-diretoras. A função do conselho escolar em nossa escola é de monitorar as verbas recebidas, acontecem

discussões, debates entre os membros para ver a melhor maneira de se gastar a verba; Sendo assim, os encontros desse conselho restringem-se somente as questões financeiras.

A Escola Municipal Limoeiro possui 18 Salas de aula mobiliadas com carteiras, cadeiras e armário; 01 Secretaria com 04 mesas, 07 cadeiras, 03 computadores 01 balcão de atendimento, 10 arquivos, 04 armários; 01 Biblioteca com 02 mesas grandes para atendimento aos alunos, 01 mesa para bibliotecária, 20 cadeiras, 03 armários e 03 prateleiras de alvenaria. Possui também um computador e dois *micros system*. Na sala de vídeo fica 01 televisor de 42", 02 caixas de sons com amplificador; 01 Sala para Especialista/Coordenação com 03 mesas, 06 cadeiras, 01 computador, 04 armários e uma prateleira; 01 Sala dos Professores, com uma mesa grande, 12 cadeiras e um banco grande, 01 Sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) com 02 computadores e acesso à internet, 01 Kit para atendimento extra pedagógico; 01 Banheiro para servidor Masculino e 01 para servidor Feminino, 01 Banheiro para os alunos e um para as alunas.; 01 Almoxarifado, 01 Cozinha com despensa, e 01 refeitório. A escola possui uma quadra, que já está bem antiga e precisa trocar o telhado. Na área interna possui dois pátios com um pequeno jardim na entrada. Tem um laboratório de informática com 25 computadores com acesso à internet para os alunos e um computador para o instrutor, dois armários e 26 cadeiras. A escola também conta com um recurso multimídia muito bom, são 10 data-shows acoplados com o computador, material muito utilizado pelos professores em sala de aula.

A escola começou suas atividades pedagógicas precariamente em 1950, e em 1964 aconteceu a construção do 1º prédio da escola, o que vigora até hoje, após ter passado por inúmeras reformas de ampliação. Percebe-se que há uma necessidade enorme de reforma geral, a parte hidráulica dos banheiros dos alunos já foi reformada em 2010, mas o acabamento dos banheiros e da escola em geral é o mesmo desde a sua construção, somente a cantina e a sala de informática que possuem piso de cerâmica. Foi feita uma pequena reforma também na rede elétrica em 2010, além disso, fizeram umas adaptações precárias, para justificar que na escola tem acessibilidade, mas a escola não tem uma estrutura arquitetônica ideal para isso.

A gestão financeira vem sendo garantida através do repasse das verbas municipais como o Programa de Gestão Financeira Educacional (PGFE) e Programa

Dinheiro Direto na Escola (PDDE) diretamente à escola. Além disso, a participação dos projetos Atletas na Escola e Escolas Sustentáveis, através do Plano de Desenvolvimento da Escola, que é o PDE Interativo, tem trazido para a escola a oportunidade de melhorar seu aspecto físico e educativo. A aplicação dessas verbas só é permitida após serem realizadas reuniões com o Conselho escolar e com o Colegiado da escola, que auxiliam a equipe administrativa como e quando serão feitas as aplicações. Nas reuniões são discutidas as prioridades e necessidades da escola, são ouvidas as sugestões e decisões do grupo para a melhor aplicação do recurso. Acredita-se que uma das formas democráticas de se garantir uma educação de qualidade, é a busca de aplicar de forma responsável, criativa e coletiva os recursos financeiros direcionados à Educação.

Atualmente um dos problemas mais agravantes que se enfrenta é o funcionamento da Educação Infantil, pois o 1º período, que são os alunos de 4 anos, estudam no vespertino e os alunos do 2º período estudam no matutino, devido ao prédio da Educação Infantil ter somente 3 salas adaptadas para as crianças. Esta situação, gera outro problema que é o atendimento do especialista pedagógico, que atua em cada turno. O espaço físico permite que a distribuição de turmas seja feito da seguinte forma: As 10 turmas de alfabetização, do 1º ao 3º ano ficam com uma especialista, isso devido ao desenvolvimento do curso do Pacto Nacional pela Alfabetização na idade Certa (PNAIC). A especialista que assumiu as 6 turmas do Ciclo Complementar dos 4º e 5º anos, também assumiu as três turmas do 1º período, e para complicar a situação, o especialista que assumiu as turmas do 8º e 9º anos, assumiu também as turmas do 2º período, porque ambas funcionam no mesmo turno.

Como se pode observar na prática o trabalho pedagógico fica comprometido, uma vez que o mesmo especialista deve assessorar níveis de ensino diferentes. Esta é uma situação que a escola já expôs para a Secretaria Municipal de Educação (SME). O gestor da SME prometeu para o próximo ano, contratar mais um pedagogo exclusivamente para atender à Educação Infantil.

2.2 - Estrutura Organizacional Pedagógica

A estrutura pedagógica organiza todo o processo ensino aprendizagem, os aspectos curriculares, as metodologias e o processo de avaliação na escola.

Os recursos humanos que compõe a parte pedagógica são 04 pedagogos, 48 professores, sendo 27 do Ensino Fundamental I (Anos Iniciais) e 23 do ensino Fundamental II (Anos Finais). O corpo discente da escola é composto por 68 alunos de quatro anos do primeiro período e 350 alunos do ensino fundamental I no turno vespertino; e 70 alunos de cinco anos do segundo período e 384 alunos do ensino fundamental II no matutino, perfazendo um total de 872 (oitocentos e setenta e dois) alunos. Foi necessário organizar a distribuição dos alunos dessa forma, pois só existem 03 salas adaptadas para a faixa etária da Educação Infantil.

A escola defende a ideia de diversidade e inclusão, por isso optou pelo critério de enturmação por heterogeneidade. O número de alunos é baseado na Resolução da SME nº 02/2013, que garante até 20 alunos para educação infantil, 25 alunos para Ensino Fundamental I, ou seja, até o 5º ano de escolaridade, e 30 alunos para as turmas do 6º ao 9º anos.

Semanalmente ocorre o Encontro Pedagógico, que é direcionado pelos pedagogos da escola, com a presença de todos os educadores e a equipe administrativa. Nesses encontros ocorrem os planejamentos semanais e bimestrais que são discutidos e estudados temas relevantes à prática de ensino e ainda são realizadas oficinas pedagógicas, onde ocorrem trocas de experiências entre os próprios professores.

A LDB no art.12, estabelece que os estabelecimentos de ensino devam " [...] V- prover meios para a recuperação dos alunos com menor rendimento". Dessa forma a escola desenvolve a recuperação paralela durante todo o ano escolar, sendo orientado os estudos com orientação dos pedagogos, além disso é oferecido os estudos de recuperação no final de cada bimestre e os estudos autônomos. Durante o ano são realizados vários projetos de apoio pedagógico para auxiliar os alunos de baixo desempenho, dentre eles está o Projeto ressignificando, o Projeto de Intervenção Pedagógica (PIP) na Alfabetização (ver anexo3), e a sala de recursos, que serve de apoio especializado para as crianças que apresentam Necessidades especiais.

As reuniões com a comunidade escolar são realizadas assim que termina o bimestre, além disso, os pais são eventualmente chamados nos horários de Educação Física dos alunos, sendo assim agendado para conversar com os professores, quando necessário.

3. CURRÍCULO

A Escola Municipal Limoeiro busca vivenciar um currículo diversificado e que considere os aspectos psicológicos, sociais, pedagógicos e administrativos do processo ensino-aprendizagem na vida do educando.

A diversidade faz parte do acontecer humano. De acordo com Elvira de Souza Lima citada por Gomes (2006, p.17),

[...]a diversidade é norma da espécie humana: seres humanos são diversos em suas experiências culturais, são únicos em suas personalidades e são também diversos em suas formas de perceber o mundo. Seres humanos apresentam, ainda, diversidade biológica. Algumas dessas diversidades provocam impedimentos de natureza distinta no processo de desenvolvimento das pessoas (as comumente chamadas de “portadoras de necessidades especiais”). Como toda forma de diversidade é hoje recebida na escola, há a demanda óbvia, por um currículo que atenda a essa universalidade.

O currículo representa uma "construção permanente de práticas, com um significado marcadamente cultural e social, e um instrumento para a análise e melhoria das decisões educativas" (Pacheco, 1996, p.19). Sendo assim subentende-se que o currículo é sempre um processo em construção, contínuo e cumulativo de ações pedagógicas e significativas para a comunidade escolar.

O currículo deve ter uma base nacional comum, mas pode ser flexível e passível de modificações de forma que garanta o ensino e a aprendizagem de melhor qualidade e ainda, atenda sempre as características específicas de cada região e de cada escola. Essa flexibilidade ficou bem clara e garantida no texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96

Art.26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (BRASIL, 1996)

Sendo assim a Escola Municipal Limoeiro defende um currículo básico, que atenda a respectiva Legislação Nacional, mas busca também inovar e criar possibilidades de aprendizagem para garantir de fato a concretização do seu currículo. Devido ao alto índice de crianças e adolescentes na escola que apresentam defasagem de aprendizagem, busca-se a efetivação de projetos de intervenção pedagógica para os alunos em processo de alfabetização e para os que demonstram ter dificuldade de aprendizagem nas demais séries do ensino fundamental. Na busca por inovação a Escola se espelha na visão filosófica de Wittmann (2000, p.89) quando afirma:

A educação, como prática social ou intervenção no processo de formação histórica das pessoas, vem passando por uma metamorfose significativa ou revolucionária. Vivemos um momento crítico e privilegiado de mudanças radicais. Não se trata de melhorar ou reformar o que existe. Trata-se de um processo de transformação que exige recriar, reinventar nossas práticas.(...) A escola constitui parte do amplo processo social de transformação da sociedade. A evolução da humanidade indica uma progressiva eliminação da selvageria nas regras das relações sociais.

Acreditando nesta visão, A Escola Municipal Limoeiro tem como uma de suas principais finalidades, a aprendizagem do aluno, e busca desenvolver uma educação que transforme o educando de uma situação de oprimido e desfavorecido para uma situação de igualdade perante os pares que constituem uma mesma sociedade. Nesta perspectiva, acredita-se na educação como transformação cultural, política e social, e conseqüentemente na progressiva evolução da humanidade, como se refere o autor Wittmann.

O currículo na referida instituição escolar vivencia os pressupostos dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), buscando trabalhar a interdisciplinaridade e os temas transversais como a Ética, Saúde, Orientação Sexual, Pluralidade Cultural e Meio Ambiente. Neste sentido, os temas são trabalhados de forma contextualizada no decorrer do ano letivo e de forma a interagir escola, aluno, família e sociedade, o que torna visível que o currículo não é neutro. O Dia Nacional da Consciência Negra, por exemplo, além de ser comemorado em dia específico, é vivenciado em todos os dias na escola quando se trabalha valores, numa reflexão que abomina qualquer tipo de preconceito sobretudo o racial. E assim, todos os temas são trabalhados em projetos específicos e colocados em prática no cotidiano escolar e dentro de um contexto social. Por se tratar de uma escola que atende a uma clientela de classe mais baixa, conseqüentemente, desfavorecida e dominada, a escola procura trabalhar a equidade e os Direitos Humanos como forma de superação e busca da igualdade social.

Os projetos pedagógicos na escola são vivenciados com o intuito de aperfeiçoar o processo ensino-aprendizagem. Sendo eles:

Projeto de Intervenção Pedagógica (PIP) na Alfabetização – “ Acelerando a Leitura e a Escrita” - que busca apoiar e recuperar os alunos com baixo índice de desenvolvimento do Ciclo de Alfabetização para uma aprendizagem efetiva. Os alunos são enturmados por nível proximal de desenvolvimento, com objetivo de acelerar a leitura e escrita, bem como

ocorre atendimento aos alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem.

Projeto de Intervenção Pedagógica(PIP) para o Ciclo Complementar-

Este projeto busca apoiar e recuperar os alunos com baixo desempenho do 4º e 5º anos numa aprendizagem significativa e efetiva. Funciona com a mesma característica do projeto dos anos iniciais, os alunos são enturmados de acordo com nível proximal de desenvolvimento.

Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) - Tem como principal objetivo alfabetizar 100% dos alunos até o final do 3º ano do ensino fundamental. Os educadores participam da formação continuada, realizam oficinas coordenadas por um orientador de estudos da secretaria, e cumprem a carga horária estabelecida pelo PNAIC. As oficinas são aplicadas em sala de aula, e a cada encontro trocam experiências. Os educadores deste nível de ensino recebem mensalmente uma bolsa de duzentos reais, oferecido pelo Governo Federal.

Projeto Ressignificando – Projeto criado pelo professor de matemática juntamente com os pedagogos, tem como objetivo proporcionar aos alunos com baixo desempenho, uma nova oportunidade de aprendizagem. O projeto funciona no contra turno e no próprio turno. Atualmente existem 60 alunos sendo atendidos pelo projeto, com o apoio de três educadores. A demonstração do projeto à Secretaria Municipal de Educação foi bastante significativa, sendo solicitado que fosse implantado em toda a rede municipal.

Projeto “Santo de casa não faz milagres” – Um projeto criado pela pedagoga que coordena o Ciclo de alfabetização na escola. O objetivo deste projeto é resgatar a autoestima do professor, demonstrando a credibilidade e o investimento da escola no educador e valorizando as competências internas para desenvolver a Formação Continuada.

Projeto Sala de recursos- Este projeto, criado pelo governo Federal e desenvolvido na escola, acontece de maneira satisfatória. Esta sala é frequentada por 20 alunos do turno matutino, que recebem estímulos e apoio pedagógico para melhoria do desenvolvimento cognitivo dos alunos, sob a coordenação de uma professora.

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

Quanto a organização do tempo, a Escola Municipal Limoeiro, funciona em dois turnos, sendo que o primeiro inicia às sete horas e encerra às 11:25h, e o segundo turno, inicia às 13:00h e encerra às 17:25h, atendendo assim ao que diz a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que prevê "a carga horária mínima anual de 800 horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias efetivos de trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais." (ver anexo-2).

O planejamento didático e pedagógico da escola é realizado semanalmente, sempre com a presença dos pedagogos e quando necessário, a equipe administrativa também participa. Os conteúdos programáticos são desenvolvidos de acordo com o quadro curricular e vivenciados conforme as necessidades do educando. Há ainda uma preocupação em elevar o nível do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), não como forma de ranking, ou simplesmente o aumento do número por si só, mas com o objetivo de promover discussões e debates, identificar os entraves e buscar soluções em cada nível de escolaridade.

Quanto ao espaço físico, percebe-se que o mesmo atende de forma trivial às necessidades básicas dos educadores e educandos, sendo importante priorizar reformas e ampliação, para melhor atender à clientela escolar.

5. PROCESSOS DE DECISÃO

A Escola Municipal Limoeiro visa uma educação de qualidade, que atenda aos princípios propostos na LDB 9394/96, exercendo a Gestão democrática e a autonomia pedagógica e administrativa da escola.

Dessa forma os processos de decisão acontecem normalmente através da atuação do Colegiado e do Conselho Escolar. O colegiado tem sido atuante e está sempre em sintonia com os principais eventos que ocorrem na escola. Em determinadas situações, o colegiado é convocado excepcionalmente, para participar, atuar e contribuir nas decisões. Com o apoio do colegiado, a escola consegue administrar seguramente e com tranquilidade, cada um de seus desafios, uma vez que tem a representação de pais, alunos e funcionários da escola.

O Conselho Escolar, também tem atuação satisfatória apoiando e dando suporte à Direção nas decisões referentes aos recursos financeiros da escola. Além disso, acontecem rotineiramente alguns pontos a serem definidos ou decididos que sempre são levados ao conhecimento dos educadores e demais funcionários, para se ouvir as diversas opiniões e chegar num consenso. Estas decisões geralmente acontecem nos encontros pedagógicos, ou em reuniões administrativas e são levadas para as reuniões onde o colegiado toma as decisões cabíveis.

O Colegiado é composto por 02 representantes de cada segmento da escola. Sendo 02 representantes dos professores, 02 representantes de auxiliares de serviços, 02 representantes dos auxiliares de secretaria, dois representantes de pais de alunos, 02 representantes de alunos maiores de 14 anos. As reuniões acontecem extraordinariamente e normalmente todos os integrantes do Colegiado são convocados. O processo de decisão tem que constar de 50% dos integrantes mais um.

Para a escolha da Direção da escola, aconteceu pela primeira vez na rede municipal de ensino, eleições diretas para compor a chapa da direção, sendo concorridos o cargo de Diretor e dois cargos para vice direção.

6 - RELAÇÕES DE TRABALHO

Em todos os ambientes de trabalho, com o passar do tempo, as pessoas vão estabelecendo vínculos com seus pares com maiores ou menores intensidades. Esses vínculos, às vezes transcendem os ambientes de trabalho e se transformam em amizades.

Na Escola Municipal Limoeiro, a maioria dos educadores e funcionários passa o maior tempo de suas vidas dentro da escola, a administração preocupa em proporcionar um ambiente bem agradável, descontraído e humano. Os conceitos de companheirismo, solidariedade, reciprocidade e participação coletiva são vivenciados durante o ano escolar. A equipe de funcionários da Escola Municipal Limoeiro tem uma característica bem peculiar e positiva, prevalecendo sempre um clima de amizade entre todos os funcionários, Nas situações de conflitos, busca-se sempre o diálogo como ponto de partida para resolução dos problemas. Normalmente faz-se uma sondagem do fato conflituoso e posteriormente, os envolvidos diretamente são convidados a participarem de uma conversa franca

juntamente com a equipe de coordenação. Este procedimento vale para os funcionários e para os alunos. A diferença que para os alunos, na maioria das vezes os pais são convocados a participarem das conversas. Cada caso é tratado como especial, visto que cada um tem características peculiares, por isso a forma de se resolver varia muito. Considera-se como mais importante ouvir os funcionários, alunos e pais, e normalmente, entra-se em acordo, prevalecendo o bom senso.

A Secretaria Municipal de Educação (SME) está sempre proporcionando cursos para todos os segmentos da escola, mas os que mais são evidentes são os que acontecem para os educadores. Estes cursos de formação continuada como o Pacto pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), Atendimento de Educação Especializada (AEE), também recebem total apoio da SME. Na escola também acontece um Projeto criado pela Pedagoga de Alfabetização – “Santo de Casa não faz milagres”, pelo qual os educadores estão sempre compartilhando suas práticas escolares com os colegas, são situações que também favorecem o fortalecimento das relações de trabalho.

7. AVALIAÇÃO

Após a promulgação da LDB 9394/96, a avaliação escolar passou a ter um caráter mais processual, íntegra e humana, veja na alínea a, do art. 24.

A avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais; (BRASIL, 1996).

Partindo desse pressuposto, observa-se que a avaliação configurou uma nova perspectiva, para se avaliar o aluno, passou a ser necessária, a análise do seu desempenho escolar como um todo, e não em partes fragmentadas. O ato de aprender e ensinar passou a ser visto como um processo contínuo, de forma que os educadores passaram buscar novas alternativas para se conseguir de fato com que esta avaliação seja mais fidedigna com a realidade do aluno, buscando assim continuamente mais qualidade no ato de ensinar. Sob a ótica de Sant’Anna avaliação é

um processo pelo qual se procura identificar, aferir, investigar e analisar as modificações do comportamento e rendimento do aluno, do educador, do sistema, confirmando se a construção do conhecimento se processou, seja este teórico (mental) ou prático. (SANT’ANNA, 1998, p.29-30).

Sendo assim na Escola Municipal Limoeiro as avaliações buscam evidenciar os aspectos cognitivos, psicológicos e qualitativos de seus educandos.

Sempre no início do ano letivo são realizadas as avaliações diagnósticas, para verificar o nível de conhecimento que o aluno está trazendo. Posteriormente são realizadas avaliações periódicas bimestralmente de todos os conteúdos, mas cotidianamente os alunos têm oportunidade de demonstrar o que estão de fato aprendendo, através da avaliação contínua e processual. São utilizados vários instrumentos como observação, registros, debates, relatórios, pesquisas de campo e outros.

Dentre alguns desafios a serem vencidos na escola, um deles é que a mesma vivencia uma dicotomia entre os educadores quanto a forma de vivenciar o processo avaliativo. Percebe-se que os educadores que lecionam do 1º ao 5º ano apresentam mais flexibilidade e aceitam melhor a ideia de que a avaliação é contínua e processual, já os educadores do 6º ao 9º ano, apesar de estarem sempre diversificando suas metodologias, através de aulas com multimídia, são menos flexíveis, mais conteudistas e percebem a avaliação como um instrumento, preciso e único para verificação da aprendizagem.

De acordo com Hoffman,

A finalidade da avaliação, ao desencadear estudos, não é assim, a de simplesmente observar se os alunos apresentam ou não condições de “dar conta” das propostas delineadas, ou perceber, de início, os que apresentam mais ou menos dificuldades em determinada área. Mas a de conhecê-los cada vez melhor, tateando em busca de questões que verdadeiramente os provoquem a agir, à escuta de suas próprias questões, propondo em conjunto situações que lhes sejam verdadeiramente problemáticas a ponto de lhes despertar a atividade, a curiosidade. (HOFFMANN citado por Camargo, 2010, p. 24).

Sendo assim, a escola utiliza vários instrumentos para se avaliar e acompanhar os trabalhos didáticos e o processo de ensino-aprendizagem. Devem ser explicitadas aqui as concepções e critérios sobre como se dá a avaliação e o acompanhamento do trabalho. Os educadores conhecem as funções da avaliação e se empenham para aplicá-las de acordo com suas características. Os resultados das avaliações servem para indicar ao educador quais serão as intervenções necessárias para se conseguir melhorar o nível de ensino-aprendizado da escola.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) tem contribuído para que o país se auto avalie no tocante a educação. Na escola são realizadas as provas do Sistema Mineiro de Avaliação (SIMAVE) e a PROVA

BRASIL. Os resultados dessas avaliações trazem um rico momento de reflexão para a escola, pelo qual os educadores comparam o desempenho dos alunos com eles mesmos e com as demais escolas do município e do estado. Sabe-se que este não é o único instrumento que se deve considerar ao analisar o sucesso ou fracasso da escola, mas a importância desse parâmetro nacional é primordial para a escola realizar uma auto avaliação e redimensionar ou aprimorar a sua prática educativa.

Segundo Libâneo (1994, p. 195)

A avaliação é uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo o processo ensino-aprendizagem. Através dela, os resultados que vão sendo obtidos no decorrer do trabalho conjunto do professor e dos alunos são comparados com os objetivos propostos, a fim de constatar progressos, dificuldades e reorientar o trabalho para as correções necessárias.

Com o objetivo de reorientação da prática, a escola realiza também a auto avaliação, que é aplicada a todos os funcionários, essa avaliação acontece anualmente. A Secretaria Municipal de educação no momento está reestruturando a avaliação de desempenho para se aplicar a todos os educadores da rede.

A Rede Municipal de ensino de Timóteo adota o regime de Ciclos. Existe O Ciclo de alfabetização, que são o 1º, o 2º e o 3º ano dos anos iniciais. O Ciclo Complementar dos anos iniciais, que são o 4º e o 5º ano e os anos Finais, que é o segundo Ciclo, do 6º ao 9º ano. Sendo assim, é permitida a retenção do aluno, quando o mesmo não consegue atingir a meta mínima das capacidades no final de cada ciclo, que é de 60%. A retenção é aceita nas séries do 3º ano do Ciclo de alfabetização, no 5º ano do ciclo complementar, no 7º e 9º anos dos anos finais do Ensino Fundamental.

Além das avaliações "a escola poderá reclassificar os alunos, inclusive quando se tratar de transferências entre estabelecimentos situados no País e no exterior, tendo como base as normas curriculares gerais", de acordo com o § 1 do artigo 23 da LDB, ou seja, a reclassificação acontece quando chega um aluno que deve ser enturcado na escola e quando o aluno durante todo o ano escolar não atingiu a Frequência mínima para ser aprovado, que é de 75%. O aluno tem direito de fazer essa avaliação de reclassificação, com o valor total do ano, se o mesmo atingir 60%, é considerado apto para o ano escolar seguinte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível constatar que a comunidade escolar quer uma educação de qualidade, que garanta para os educandos condições mínimas de construir seu próprio futuro com dignidade, conhecimento e ousadia. Os pais que participaram demonstraram muito interesse e satisfação em contribuir para a construção de um projeto real, que traduza os seus sonhos e anseios de uma educação de qualidade para os seus filhos. Foi surpreendente ver o brilho nos olhos de todos, ao saberem que estavam participando de um momento tão importante para a estruturação da escola.

Chegou-se a conclusão de que a escola necessita de mais um pedagogo para atender exclusivamente à Educação Infantil, porque na prática é muito difícil executar um trabalho de qualidade quando se divide as turmas entre dois pedagogos diferentes, e que também atendem a outros níveis de ensino. Foi possível perceber também a necessidade de um professor eventual para cada turno. Quanto ao espaço físico ficou notório que a escola necessita de algumas reformas, sobretudo nos banheiros e sala de professores e ainda, construção de uma sala de multimídia, uma vez que a existente é utilizada como sala de aula, é necessário também a adaptação arquitetônica em toda escola para melhor atender as crianças e adolescentes com necessidades especiais.

O mais importante é que ficou muito claro para todos desta comunidade escolar que este PPP não termina aqui. Ainda há muito o que se fazer para se oferecer a educação de qualidade pretendida, e que neste processo de melhoria, todos: pais, professores, especialistas, servidores em geral e comunidade são corresponsáveis por continuar esta construção e transformar a Escola Municipal Limoeiro em referência na educação do país.

REFERÊNCIAS:

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O projeto político pedagógico no contexto da gestão escolar**. 2010. Disponível em: <moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 05 jul.2014.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº9394**. Congresso Nacional. Diário Oficial de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 10 out.2014.

Brasil. **Parâmetros Curriculares Nacionais.(PCN's)** Língua Portuguesa. Ensino Fundamental. Brasília. Terceiro e quarto ciclos. MEC/SEF, 1998.

BRASIL.Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei n. 9.394/96**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 26 de jul de 2014.

CAMARGO, Wanessa Fedrigo **Avaliação da aprendizagem no ensino fundamental**.Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: <<http://www.uel.br/ceca/pedagogia/pages/arquivos/WANESSA%20FEDRIGO.PDF>> Acesso em 20 jul 2014.

Currículo: termo e conceito polissêmicos. Disponível em: <www.ricesu.com.br/colabora/n6/artigos/n6/id05b.htm>.Acesso em: 22 out 2014.

DRAGO, Rogério. RODRIGUES, Paulo da Silva. Revista FACEVV. **Contribuições de Vygotsky para o desenvolvimento da criança no processo educativo: algumas reflexões**. Vila Velha, número 3, Jul/Dez 2009, p. 49-56. Disponível em:<<http://www.facevv.edu.br/Revista/03/ARTIGO%20ROGERIO%20DRAGO.pdf>>. Acesso em 30 jun.2014.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

Gomes, Nilma Lino. **Indagações sobre currículo : diversidade e currículo**. Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.48 p. Disponível em:< portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag4.pdf>. Acesso em 25 nov.2014.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

JAPECANGA, Alaíde Pereira. **A Democratização das Relações de trabalho na Escola Pública Básica**. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/viewFile/458/357>> Acesso em 29 jun. 2014.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2ª edição São Paulo: Cortez, 1994.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 6ª Edição, São Paulo, SP: Editora Cortez, 1997.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político pedagógico (PPP) da escola**. 2010. Disponível em: <moodle3.mec.gov.br/ufmg>.

Acesso em 06 jul.2014.

PACHECO, J. A. **CURRÍCULO: teoria e práxis**. Portugal:Porto Editora, 1996.

PIAGET, J. **Biologia e conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1973.

SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar? Como avaliar? Critérios e instrumentos**. 3ª Edição, Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SILVA, Alba Regina Lopes da. **Avaliação nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental**. Brasília / DF, Dezembro de 2013. 54 páginas. Faculdade de Educação – FE, Universidade de Brasília – UnB.

SOUZA, Ângelo Ricardo de et Al. Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola. **Disponível em:<moodle3.mec.gov.br/ufmg>**. Acesso em **06/07/2014**.

TIMÓTEO. **Regimento Escolar da Escola Municipal Limoeiro**. Timóteo, 2013.

VEIGA, Ilma Passos A. (Org). **Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível**. 3.ed. Campinas: Papirus Editora, 1995.

WITTMANN, Lauro Carlos. **Autonomia da Escola e Democratização de sua Gestão: novas demandas para o gestor**. Gestão - Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos em aberto. Brasília, v17, n.72,p 88-96, fev/jun.2000. Disponível em:<<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/1094/995>>. Acesso em 03 jul 2014.

ANEXOS:

		Ciclo da Alfabetização		Ciclo Complementar				Ciclo Intermediário				Ciclo da Consolidação							
		1º Ano de Escolaridade		2º Ano de Escolaridade		3º Ano de Escolaridade		4º Ano de Escolaridade		5º Ano de Escolaridade		6º Ano de Escolaridade 5ª série		7º Ano de Escolaridade 6ª série		8º Ano de Escolaridade 7ª série		9º Ano de Escolaridade 8ª série	
		AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA								
Base Nacional Comum	Língua Portuguesa	05	166.40	05	166.40	05	166.40	05	166.40	05	166.40	05	166.40	05	166.40	05	166.40	05	166.40
	Educação Física	02	066.40	02	066.40	02	066.40	02	066.40	02	066.40	02	066.40	02	066.40	02	066.40	02	066.40
	Artes	02	066.40	02	066.40	02	066.40	02	066.40	02	066.40	01	033.20	01	033.20	01	033.20	01	033.20
	Matemática	05	166.40	05	166.40	05	166.40	05	166.40	05	166.40	05	166.40	05	166.40	05	166.40	05	166.40
	Ciências	03	100.00	03	100.00	03	100.00	03	100.00	03	100.00	03	100.00	03	100.00	03	100.00	03	100.00
	Geografia	03	100.00	03	100.00	03	100.00	03	100.00	03	100.00	03	100.00	03	100.00	03	100.00	03	100.00
	História	03	100.00	03	100.00	03	100.00	03	100.00	03	100.00	03	100.00	03	100.00	03	100.00	03	100.00
	Educação Religiosa	01	033.20	01	033.20	01	033.20	01	033.20	01	033.20	01	033.20	01	033.20	01	033.20	01	033.20
Parte Diversificada	Língua Estrangeira Inglês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	02	066.40	02	066.40	02	066.40	02	066.40
	Filosofia	01	033.20	01	033.20	01	033.20	01	033.20	01	033.20	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total Geral	25	833.20	25	833.20	25	833.20	25	833.20	25	833.20								



Estado de Minas Gerais
 PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO
Secretaria de Educação, Ciências e Tecnologia.
 Alameda 31 de Outubro, 405 - Timóteo/MG
 (31) 3847.4763 / 3847.1212 - www.timoteo.mg.gov.br



MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL / 2014

Anexo 1 - Matriz Curricular 1



PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO
Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia
 Alameda 31 de Outubro, nº 405, Centro – Timóteo/MG – Fone/Fax: 3847.4763.

QUADRO DEMONSTRATIVO DE SEMANAS LETIVAS – 2014

1º Semestre = 88 dias letivos

2º semestre = 112 dias letivos

Mês/Dia	2ª Feira	3ª Feira	4ª Feira	5ª Feira	6ª Feira	Sábado	Total de dias Letivos	Dias Escolares
Fevereiro	03	04	04	04	04	01	20	01
Março	04	03	03	04	04	01	19	01
Abril	02	04	04	03	03	01	17	01
Maiο	04	04	04	04	04	01	21	01
Junho	02	02	02	02	02	01	11	-
Julho	04	04	04	04	03	-	19	01
Agosto	04	04	04	04	04	-	20	01
Setembro	05	05	04	04	04	-	22	01
Outubro	03	03	04	04	04	-	18	01
Novembro	04	04	04	04	04	-	20	01
Dezembro	03	03	03	02	02	-	13	02
Total	38	40	40	39	38	05	200	11

Observações

- Dias Letivos

- 1º - Dia 22/02/2014 – (Sábado) – Funcionará com o horário de 2ª (segunda) Feira
 2º - Dia 22/03/2014 – (Sábado) – Funcionará com o horário de 5ª (quinta) Feira
 3º - Dia 12/04/2014 – (Sábado) – Funcionará com o horário de 2ª (segunda) Feira
 4º - Dia 24/05/2014 – (Sábado) – Funcionará com o horário de 6ª (sexta) Feira
 5º - Dia 07/06/2014 – (Sábado) – Funcionará com o horário de 6ª (sexta) Feira

- 1º Bimestre: 04/02 a 04/04/2014 – 43 dias

3º Bimestre: 07/07 a 30/09/2014 – 61 dias

- 2º Bimestre: 07/04 a 13/06 – 45 dias

4º Bimestre: 01/10 a 17/12/2014 – 51 dias

- Previsão de Período para Renovação de Matrícula/2015: 24 a 28 de Novembro de 2014.

Cecília Maria Martins Reis Siqueira
 Cecília Maria Martins Reis Siqueira

Secretária Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia

Anexo 2 - Quadro demonstrativo de semanas Letivas

ESCOLA MUNICIPAL "LIMOEIRO"
Projeto de Intervenção Pedagógica (PIP) na Alfabetização
HORÁRIO DO PROJETO – 1º ANO Turno; Vespertino 2014

Segunda - feira	Terça - feira	Quarta - feira	Quinta - feira	Sexta - feira
13 às 15 h	13 às 15 h	13 às 15h	13 às 15h	13 às 15h
GRUPO 1 (Sílabas Canônicas)	GRUPO 2 (Alfabeto)	GRUPO 1 (Sílabas Canônicas)	GRUPO 2 (Alfabeto)	GRUPO 1 (Sílabas Canônicas)
15 às 17h e 25m	15 h às 17h e 25 m	15 às 17h e 25m	15 às 17h e 25m	15 as 17h e 25m
GRUPO 2 (Alfabeto)	GRUPO 1 (Sílabas Canônicas)	GRUPO 2 (Alfabeto)	GRUPO 1 (Sílabas Canônicas)	GRUPO 2 (Alfabeto)

Anexo 3 - Horário do **Projeto de Intervenção Pedagógica (PIP) na Alfabetização**